

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA

Sessão Ordinária realizada no dia 21 de dezembro de

2023

ATA N° 4/2023

- Aos vinte e um dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e três, pelas vinte e uma horas, teve lugar a Segunda Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia de Mafamude e Vilar do Paraíso, a qual decorreu no Edifício da Junta de Freguesia de Mafamude. Sita, na Rua Soares dos Reis, n° 1154, presidida por Tiago Filipe da Costa Braga. Constituíram a mesa a 1ª Secretária, Célia Pereira e como 2º Secretária Luciana da Costa Reis.

- **Estiveram presentes**, para além dos mencionados, os seguintes deputados de assembleia de Freguesia: Miguel Lemos Rodrigues, Joana Corte Ferreira, Beatriz Couto, Carla Machado, Diogo Fonseca, Helena Fortunato, Diogo Silva, José Luís Aires do PS, Veneranda Barbosa, Pedro Carvalho Esteves, Francisco Nascimento e Paulo da Costa e Silva do PSD, Paula Valentim e Maria Adelaide Côrte do BE, Sandra Cardoso da CDU, Paulo Pinho do CDS, Alexandre Vila-Real do CHEGA e Mariana Teixeira do PAN

- **Do Executivo estiveram presentes** a Presidente Alexandra Mónica Soares Amaro, Jorge Miguel Alves Ferreira Pacheco, Daniela Pereira Vieira, José Carlos Soares, Carina Vieira, Helder Costa e José Manuel da Silva Ferreira.

1-Período de intervenção aberto ao público

- No período aberto público usou da palavra o senhor André Pereira, referindo a importância da avaliação histórica e arqueológica de determinados recantos da Freguesia de Vilar do Paraíso.

- No mesmo período usou da palavra o senhor António Coutinho questiona sobre a construção do Pavilhão de São Caetano e o seu projeto é igual ao constante do site da Câmara, questiona a quantidade de árvores que serão abatidas, a pista de karting será mantida e será a área de lazer será aumentada e requalificada.

A senhora Presidente respondeu ao senhor António Coutinho que relativamente que o projeto é o mesmo que consta no site da Câmara, será mantido o ringue e mais valências proporcionadas pela construção do Pavilhão, sendo uma mais valia para a freguesia que

atualmente não dispões de nenhum equipamento desta envergadura, quanto às árvores , algumas serão abatidas mas com a plantação de novas espalhadas pelo parque, sendo alargada a marcha arbórea.

2 - Leitura, discussão e votação das atas

- Votação da ata nº 8/2022

- Votação do ponto – Aprovada por unanimidade

3 - Período antes da Ordem do Dia

- Intervenção da Sra. Sandra Cardoso (CDU), apresenta uma Proposta de Recomendação Pelas respostas urgentes aos problemas da Nova Rede Metropolitana de Transportes Rodoviário, doc. 5 que se anexa a esta ata.

- A senhora Presidente de Junta informou a Assembleia que o executivo está a apurar os problemas escrutinados com o arranque da rede UNIR, estando em contacto e reporte diário para com o Município.

- O Sr. Pedro Esteves (PSD) apresenta uma Proposta de recomendação sobre toponímia que se anexa a esta ata como (doc.7).

- O sr. Francisco Nascimento (PSD), usou da palavra para alertar para o facto da existência de um ninho de vespas asiáticas na Rua José Rocha.

- A sra. Presidente de Junta mencionou que o ninho de vespas mencionado está inativado, por intervenção anterior.

Ponto 3 – Proposta de Recomendação Pelas respostas urgentes aos problemas da Nova Rede Metropolitana de Transportes Rodoviário

Votação – rejeitada, com os votos contra do PS, votos favoráveis do PSD, BE, CDU, CDS, PAN e a abstenção do CH

Ponto 3 – Proposta de recomendação sobre toponímia, aprovado com os votos favoráveis do PS, PSD, BE, CDS, CH e PAN e a abstenção da CDU.

- Miguel Lemos Rodrigues (PS), usa a palavra para fazer uma declaração de voto sobre a

proposta da CDU, votando contra a mesma por ser uma posição política que a sra. Presidente de Junta já teve oportunidade de referir que estão a ser tomadas medidas sobre este assunto.

4 - Período da Ordem do Dia

4.1 - Relatório Anual da Provedora do Cidadão

- A Sra. Presidente do executivo expõe o relatório.
- O sr. Alexandre Vila Real (CH) questiona sobre a importância do cargo tendo em conta que estamos a falar de apenas duas reclamações mensais.
- A sra. Presidente do executivo assegura que a diminuição das reclamações está relacionada com a melhoria dos serviços da Junta de Freguesia.
- O sr. Alexandre Vila Real retoma a palavra questionado o executivo sobre o que se passa com os atestados da Junta de Freguesia, segundo o relatório.
- A sra. Presidente de Junta usando da palavra refere que esse facto se deve ao aumento do fluxo migratório existente e que esta autarquia responde a vários cidadãos de sessenta e oito nacionalidades diferentes o que demonstra o grau de exigência a ser mantido.
- O sr. Pedro Esteves (PSD) usa da palavra para engradecer o serviço da provedoria, dizendo que o número de reclamações não é muito preocupante, refere, no entanto, que o processo de acesso é complexo e estando apenas disponível online e pergunta como funciona hoje o sistema, e se em conta a pessoas infoexcluídas.
- A sra. Presidente da Junta usando da palavra refere que o sistema de acesso à Provedora funciona tanto ao nível online como presencial.

4.2 - Apresentação, discussão e votação da minuta do contrato da constituição do direito de superfície em favor do Centro Social São Pedro por um período de 15 anos

- A Sra. Presidente afirma que estamos perante uma candidatura ao PRR para a construção de uma resposta social de uma ERPI, que fará face a uma carência na Freguesia e no Concelho. Refere que esta proposta se baseia em vários pareceres jurídicos, nomeadamente um parecer da CCDRN.
- A sra. Mariana Teixeira (PAN), pede esclarecimentos sobre a cláusula 4 da minuta apresentada, perguntado qual o projeto que deve estar anexo ao contrato, sobre a cláusula 5 refere quais os documentos a que se refere e que devem também fazer parte dos

contratos. Quanto à cláusula 6 propõe o acrescento de um ponto, dizendo que pode ser exercido o direito de preferência. Relativamente à cláusula 7 pergunta como será pago o valor, será na totalidade ou de forma faseada. Questiona também sobre a cláusula 8 sobre o licenciamento da atividade, e cláusula 9 n.º 2 alerta que a alínea mencionada remete para outra alínea c) que não consta do documento.

- A sra. Presidente de Junta refere que quanto à alínea c) da cláusula 9 n.º 2 trata-se de um lapso de escrita que será colmatado. Relativamente à cláusula 4 refere que o projeto é público estando aprovado. Refere que estamos perante uma minuta e não do contrato que será lavrado onde constará todas as questões legais admissíveis e documentos inerentes. Quanto à cláusula 6 a autorização tem de vir obrigatoriamente à Assembleia para decisão, relativamente ao direito de preferência é inerente e decorre da lei. Quanto ao valor oneroso, serão pagos por prestações mensais durante a duração do contrato.

- Pedro Carvalho Esteves do PSD, refere que é um contrato esférico, não tendo ponta por onde se lhe pegue, além dos argumentos jurídicos levantados pela representante do PAN. Refere que após 21 anos o Centro Social São Pedro após um comodato pede agora uma cedência de direito de superfície, não sendo isto grave, grave é o sr. Presidente continuar a ser o mesmo, sendo agora vereador da Câmara de Gaia. Menciona a cessão industrial imobiliária, neste caso a IPSS adquirir um direito real, podendo vir a exigir a aquisição do terreno. Menciona que este contrato parece mais um contrato de favor do que um contrato ou uma minuta que acautele a rés pública, sendo esta proposta manifestamente mau, celebrado por quem pode ter conflitos de interesses. Questiona também o que a Junta vai fazer ao fim de 15 anos em caso de incumprimento? Refere que estas questões devem ser debatidas e reforça as dúvidas que tem sobre este contrato e pede a retirada do ponto para este ser rerepresentado sendo a proposta refeita.

- A Sra. Presidente menciona que não admite a expressão “contrato de favor”, e se evoca a rés pública, menciona que em 2000 aquando da celebração do contrato de comodato ninguém colocou em causa a rés pública e em 2019 o contrato de comodato foi renovado nesta assembleia aprovado por esta câmara por unanimidade. Em caso de incumprimento a Junta de Freguesia fica como proprietária do imóvel, refere que também que durante 15 anos a Freguesia de Vilar do Paraíso terá uma nova receita e daqui a 15 anos a próxima Junta saberá certamente o que fazer.

- A sra. Mariana Teixeira (PAN) pergunta se é intenção trazer a esta Assembleia o contrato definitivo antes de ser celebrado, não sabendo se é possível.

- A sra. Presidente de Junta, referiu que sim, que o contrato depois de celebrado será público, aproveitando para reafirmar que em 2019 quando o contrato de comodato foi celebrado ninguém obstaculizou o processo e que dois elementos do PSD hoje aqui presentes votaram favoravelmente há altura.

- O sr. Paulo Pinho (CDS) usa da palavra para questionar em que medida é relevante o direito de superfície relativamente ao comodato, neste presente caso em apreço.

- A sra. Presidente refere que é uma exigência quando a construção é feita em terreno que não da própria instituição.

- O sr. Paulo Costa da Silva (PSD) menciona que o comodato é uma cedência gratuita havendo a restituição do edifício nos iguais termos da entrega inicial, aqui o direito de superfície dá direito à edificação e entrega do terreno, havendo uma figura jurídica que pode ser evocada no final do processo, e a Junta pode ter de ressarcir o construtor da obra no valor despendido, e pergunta tem capacidade financeira para tal. Um cenário hipotético, mas que pode acontecer. Quanto à aprovação feita em 2019, foi uma aprovação genérica e não perante uma minuta como hoje.

- A sra. Presidente de Junta refere que essa matéria das bem feitorias está salvaguardada. na minuta, embora o executivo esteja aberto a uma nova proposta e inserir na minuta.

- O Ponto foi aprovado com os votos favoráveis do PS, votos contra do PSD, BE, CDS e CH e com as abstenções da CDU e do PAN.

- A sra. Mariana Teixeira (PAN) faz uma declaração de voto referindo que se abstém porque o contrato futuramente vem de novo à Assembleia, mas também não tem a confiança necessária para votar favoravelmente.

- A sra. Veneranda Barbosa (PSD), usa da palavra para referir que o PSD não se opõe à cedência a uma IPSS em direito de superfície, mas refere que não percebe o emaranhado jurídico que preside à redação da minuta, quer pelo tempo e espaço. Fica-se a aguardar o contrato definitivo.

4.3 - Apresentação, discussão e votação do Plano de Atividades Plurianual e Orçamento para o ano de 2024.

- A sra. Presidente de Junta refere que este é um Orçamento onde as pessoas estão em destaque, nomeadamente a Ação Social e a Educação são pilares fundamentais. Refere que a taxa de execução orçamental estará entre 80%-90%.

- O sr. Francisco Nascimento (PSD), pergunta sobre as visitas dos alunos à Junta de Freguesia, pergunta como vai acontecer, relativamente a outro ponto afirma tristemente que as visitas do secundário ao Parlamento não aconteceram e questiona o porquê. Sobre o estádio do Vilanovense pergunta em que ponto está o novo estádio. Quanto aos programas “Felizmente” e o “É Cuidador” em que consistem? pede ponto de situação relativamente à praça de S. Cristóvão e finalmente pergunta em que ruas os desfibriladores serão colocados.
- A sra. Presidente de Junta esclarece que as visitas já estavam previstas no programa plurianual, e o modo como será executado vai ser previamente coordenado com as escolas. Relativamente ao estádio do Vilanovense refere que já há projeto e localização definitiva. Quanto aos programas Felizmente e Gaia Cuidador, estão em funcionamento no âmbito do concelho e nomeadamente com a presença de uma psicóloga nas duas Juntas de Freguesia.
- O sr. Miguel Lemos (PS), usa da palavra para referir que o Orçamento é um documento político que representa as grandes opções da Junta de Freguesia, sublinhando o equilíbrio económico-financeiro registado, e realça o papel preponderante da Ação Social neste documento.
- O sr. Alexandre Vila Real (CH) pergunta se alguma estratégia do executivo para dar resposta aos sem-abrigo.
- A Sra. Presidente de Junta refere que existem três sem abrigo que estão a ser acompanhados por entidades próprias para o efeito, o que tem sido sinalizado por esta Junta de Freguesia.
- O sr. Alexandre Vila Real, reafirma a pergunta se há ou não uma estratégia da Junta.
- A sra. Presidente menciona que após a sinalização por parte da Junta interpela as entidades competentes para o devido acompanhamento da situação.
- O Ponto foi aprovado com os votos favoráveis do PS, BE, votos contra do PSD, CDU e CH e as abstenções do CDS e PAN.
- A Sra. Mariana Teixeira (PAN), usa da palavra para fazer uma declaração de voto anexo da presente ata, (doc 8).
- A sra. Sandra Cardoso (CDU), usa da palavra também para fazer uma declaração de voto, referindo que o aumento do custo de vida e os baixos salários, exigem respostas, e as Juntas de Freguesias devem assumir um papel chave na identificação dessas situações.

- O sr. Pedro Esteves (PS) usa da palavra também para fazer uma declaração de voto referindo que este documento é um copy past do passado, não havendo novidades na principal freguesia de Gaia, não sendo estas as opções do PSD.

- A sra. Presidente de Junta, refere que se concretizam medidas realistas ao contrário do passado.

4.4 - Apreciação da Informação escrita da Senhora Presidente da Junta de Freguesia ao abrigo da alínea e) do n.º 2 artigo 9.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

- A sra. Presidente de Junta realça a área social, educacional e cidadania, menciona que a Junta de Freguesia dispõe de três centros de convívio que excedem as expectativas. Refere também que a Junta de Freguesia está a proceder à reforma do recenseamento eleitoral, como ficou decidido em sede de comissão recenseadora, com a criação de mais três locais de voto, um em Mafamude e dois em Vilar do Paraíso.

Não havendo mais assuntos a tratar, o Presidente da Assembleia de Freguesia declarou encerrada a reunião, pelas 23h22 horas, do dia 21 de dezembro de 2023. Da qual se lavou a presente ata, cuja minuta foi aprovada por unanimidade, e eu, Célia Pereira, primeira secretária da presente reunião, a elaborei e subscrevo.